

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
COSTA DO SOL TAXI AÉREO S.A. – 2025/2027
01/12/2025 A 30/11/2027

COSTA DO SOL TÁXI AÉREO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.223.764/0001-62, com sede na Avenida José Silva de Azevedo Neto, 200, bloco 02, sala 105, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-056, neste ato representada por seus representantes legais, **ROGÉRIO AFFONSO IZZO PINTO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº, e **ALESSANDRO CAMELO NERI**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº,

E

SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS – SNA, entidade sindical de primeiro grau, com sede na Rua Renascença, nº 801/112, Vila Congonhas, São Paulo, SP, CEP 04612-010, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.452.400/0001-97, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Tiago Rosa da Silva,

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT)**, com fulcro nos artigos 7º, inciso XXVI, e 8º, incisos III e VI, ambos da Constituição Federal, e artigos 611-A e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), observados todos os requisitos formais e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

As cláusulas e condições do presente Acordo Coletivo de Trabalho vigorarão pelo período de 2 (dois) anos, iniciando-se em 1º de dezembro de 2025 e encerrando-se em 30 de novembro de 2027, sendo a data base da categoria em 01º de dezembro

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente ACT abrange todos os Aeronautas empregados da **COSTA DO SOL**, que operam em transporte aéreo não regular em todo território nacional e exterior, obedecida a conceituação da profissão e a legislação específica (Lei 13.475/2017)

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE SALARIAL DA DATA BASE

3.1 - REAJUSTE SALARIAL DA DATA-BASE DE 01/12/2025

A partir de 1º de dezembro de 2025, os salários (salário + compensação orgânica), as horas ou quilômetros de voo e eventuais gratificações dos aeronautas, vigentes em 30 de novembro de 2025, serão reajustados pelo índice do INPC acumulado no período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, acrescido de 1% (um por cento) de aumento real.

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente autorizada a compensação, pela Costa do Sol, de todas as antecipações salariais concedidas como “reajuste salarial”, no período de 1º de dezembro de 2024 até 30 de novembro de 2025.

Parágrafo Segundo: Não poderão ser compensados os aumentos reais de salário concedidos por merecimento, por acordo individual ou por motivo de promoção do aeronauta, durante o período de 1º de dezembro de 2024 até 30 de novembro de 2025.

Parágrafo Terceiro: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025.

3.2 - REAJUSTE SALARIAL DA DATA-BASE DE 01/12/2026

A partir de 1º de dezembro de 2026, os salários (salário + compensação orgânica), as horas ou quilômetros de voo e eventuais gratificações dos aeronautas, vigentes em 30 de novembro de 2026, serão reajustados pelo índice do INPC acumulado no período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente autorizada a compensação, pela Costa do Sol, de todas as antecipações salariais concedidas como “reajuste salarial” eventualmente concedidas no período de 1º de dezembro de 2025 até 30 de novembro de 2026.

Parágrafo Segundo: Não poderão ser compensados os aumentos reais de salário concedidos por merecimento, por acordo individual ou por motivo de promoção do aeronauta, durante o período de 1º de dezembro de 2025 até 30 de novembro de 2026.

Parágrafo Terceiro: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – PISO DE REMUNERAÇÃO

4.1 - PISO DE REMUNERAÇÃO DATA-BASE DE 01/12/2025

A partir de 1º de dezembro de 2025, ressalvadas as condições mais favoráveis, após o período de experiência de, no máximo 90 (noventa) dias, a soma das parcelas do salário Base + Compensação Orgânica não poderá ser inferior ao dos pisos fixados por função e tipo de equipamento.

Os valores de piso abaixo deverão ser corrigidos pelo INPC acumulado no período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, acrescido de 1% de aumento real.

- a) Comandante bimotor: R\$ 4.678,78;
- b) Comandante monomotor: R\$ 3.119,26;
- c) Copiloto: R\$ 2.185,68;
- d) Comandante Offshore – R\$ 7.992,35;
- e) Copiloto Offshore – R\$ 3.774,27
- f) Comissário Offshore – R\$ 2.144,44

Parágrafo Primeiro: Comandante, Copiloto, Comissário Offshore são os tripulantes que operam helicóptero, por meio do fretamento, para a cadeia produtiva de óleo e gás, que pousam e decolam para as plataformas marítimas e navios.

Parágrafo Segundo: a presente cláusula é firmada de boa-fé entre as partes e fica sujeita ao disposto nos artigos. 8º, § 3º, 611-A, §§ 1º, 2º, 4º e 5º, todos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Terceiro: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025.

4.2 - PISO DE REMUNERAÇÃO DATA-BASE DE 01/12/2026

A partir de 1ª de dezembro de 2026, os pisos salariais estabelecidos no caput da cláusula quarta acima, em vigor em 30 de novembro de 2026, serão automaticamente reajustados pelo INPC acumulado de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

Parágrafo Único: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

CLÁUSULA QUINTA – DIÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO

5.1 - DIÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO DA DATA BASE DE 01/12/2025

As partes reconhecem que as diárias de alimentação têm caráter indenizatório, portanto, não possuem natureza salarial, não integrando o salário para quaisquer fins.

Parágrafo Primeiro: As diárias de alimentação serão pagas independentemente do serviço de alimentação a bordo da aeronave.

Parágrafo Segundo: As diárias de alimentação serão pagas sempre que o aeronauta estiver prestando serviço ou à disposição da empresa, no todo ou em parte, nos seguintes horários:

- a) café da manhã, das 05:00 às 08:00 horas, inclusive;
- b) almoço, das 11:00 às 13:00 horas, inclusive;
- c) jantar, das 19:00 às 20:00 horas, inclusive;
- d) ceia, entre 00:00 e 01:00 hora inclusive. P

Parágrafo Terceiro: A diária de alimentação relativa ao café da manhã será igual a 25% do valor estabelecido para as refeições principais e não será devida quando o café da manhã for disponibilizado no hotel, sob a responsabilidade da empresa, e, portanto, sem ônus para o aeronauta.

Parágrafo Quarto: A diária de alimentação relativa à ceia só será devida quando o aeronauta estiver prestando serviço no horário estipulado no parágrafo segundo.

Parágrafo Quinto: Ressalvadas as condições mais favoráveis, as diárias de alimentação, quando pagas diretamente ao aeronauta, no território nacional, serão reajustadas pelo índice do INPC acumulado no período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, acrescido de 2% (dois por cento) de aumento real.

Parágrafo Sexto: As diferenças do reajuste do valor das diárias de alimentação serão quitadas em um único pagamento durante o mês de janeiro de 2026.

Parágrafo Sétimo: As diárias de alimentação, quando da realização do transporte aéreo internacional ou quando houver prestação de serviços no exterior, serão pagas em dólares americanos ou em moeda local do país no qual terminar o voo, ou onde o tripulante estiver prestando serviço, ou aguardando nova programação. A partir de 1º de dezembro de 2025, ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas pela COSTA DO SOL, os valores das diárias internacionais serão reajustadas pelo índice do INPC acumulado no período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, acrescido de 1% (um por cento) de aumento real.

Parágrafo Oitavo: Exclusivamente como forma de pagamento, as diárias internacionais poderão ser pagas em moeda nacional brasileira, desde que o valor seja reflexo da conversão para dólares americanos, ou moeda local do país no qual terminar o voo, ou onde o tripulante estiver prestando serviço.

Parágrafo Nono: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados das diárias nacionais após a

publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025.

5.2 – DIÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO DA DATA BASE DE 01/12/2026

A partir de 1º de dezembro de 2026, o valor das diárias nacionais praticado pela COSTA DO SOL em 30 de novembro de 2026, será automaticamente reajustado pelo INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026, e o valor das diárias internacionais será automaticamente reajustado pelo INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

Parágrafo Único: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

CLÁUSULA SEXTA – SEGURO

A partir de 1º de dezembro de 2025, o Seguro de Vida em benefício de seus aeronautas, sem ônus para os mesmos, vigente em 30/11/2025, no valor de R\$ 13.783,34 (treze mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), será reajustado a partir de 1º de dezembro de 2025 pelo INPC acumulado de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, acrescido de 1% de aumento real.

Parágrafo Único: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025,

6.1 - A partir de 1º de dezembro de 2026, o valor do seguro vigente em 30/11/2026 será automaticamente reajustado pelo INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026, acrescido de 1% de aumento real.

Parágrafo Único: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

CLÁUSULA SÉTIMA – CESTA BÁSICA/VALE ALIMENTAÇÃO

7.1 - CESTA BÁSICA/VALE ALIMENTAÇÃO DA DATA BASE DE 01/12/2025

A partir de 1º de dezembro de 2025, a Costa do Sol reajustará os valores de Cesta Básica/Vale Alimentação, pelo INPC acumulado de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, acrescido de 2% (dois por cento) de aumento real.

Parágrafo Primeiro: Fica ressalvado à Costa do Sol o direito de fixar ou alterar, a seu exclusivo critério, o percentual correspondente à participação do empregado no custeio dos vales, observado o limite legal previsto no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Parágrafo Segundo: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025.

7.2 – CESTA BÁSICA/VALE ALIMENTAÇÃO NA DATA BASE DE 01/12/2026

A partir de 1º de dezembro de 2026, o valor da cesta básica/vale alimentação vigente em 30/11/2026, será reajustado automaticamente pelo INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026, ressalvadas as condições mais favoráveis, em forma de vale-alimentação, a todos os seus aeronautas.

Parágrafo Único: As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA – JORNADA DE TRABALHO

Conforme expressamente autorizado no parágrafo 2º, do artigo 41, da Lei nº 13.745/17, as partes convenientes estabelecem que a duração do trabalho dos tripulantes de voo ou de cabine pertencentes as empresas que operam em transporte não regular em todo território nacional, inclusive aqueles que estejam operando no exterior, não excederá a 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 176 (cento e setenta e seis) horas mensais, computados os tempos de:

- I jornada e serviço em terra durante a viagem;
- II reserva e 1/3 (um terço) do sobreaviso;
- III deslocamento como tripulante extra a serviço;
- IV adestramento em simulador, cursos presenciais ou à distância, treinamentos e reuniões;
- V realização de outros serviços em terra, quando escalados pela empresa.

Parágrafo Primeiro: O limite semanal de trabalho previsto no caput acima, e a autorização para compensação de horas trabalhadas, poderão ser objeto de acordo coletivo de trabalho, por empresa.

Parágrafo Segundo: Para o tripulante pertencente a Costa do Sol e submetidos ao regime estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 41, da Lei nº 13.745/17 e na cláusula nona deste ACT, especificamente os que operem em serviço especial de suporte aeromédico ou que estejam envolvidos em serviços de manutenção, e apenas durante estas operações, não se aplica o limite de madrugadas consecutivas de trabalho, estabelecido no artigo 42 da Lei 13.745/17, respeitados os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira, desde que fornecidas condições de descanso apropriadas para cumprimento da jornada noturna.

CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE ESCALA EM MISSÃO

Os aeronautas empregados na Costa do Sol, nos serviços aéreos especializados e nos serviços aéreos privados (definidos nos incisos II, III, IV e V do caput do art. 5º da Lei do Aeronauta) terão como período máximo de trabalho consecutivo 21 (vinte e um) dias, sendo que o período consecutivo de trabalho efetivo, no local de operação, não poderá exceder a 17 (dezesete) dias.

Parágrafo Primeiro – A folga do tripulante que estiver sob o regime especial de trabalho estabelecido no caput será igual ao período consecutivo de trabalho, no local da operação, menos 2 (dois) dias.

Parágrafo Segundo – Para o tripulante pertencente a Costa do Sol, submetidos ao regime de escala estabelecido no caput, NÃO se aplica o limite semanal de jornada de 44 (quarenta e quatro) horas previsto em lei e na cláusula 8ª acima, sendo vedada, porém, sob qualquer hipótese, a extrapolação do limite mensal de 176 (cento e setenta e seis) horas.

Parágrafo Terceiro: A Costa do Sol divulgará com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência, aos seus empregados aeronautas que laboram em Regime de Missão, as respectivas escalas mensais de serviços, com a indicação das correspondentes bases operacionais e folgas, ressalvadas as necessidades imperiosas de serviço, decorrentes de situações imprevistas, que obriguem a alteração da escala divulgada.

Parágrafo Quarto: Após a divulgação da escala de serviço no Regime de Missão previsto acima, ocorrendo alteração do local de base operacional por readequação da missão, a Costa do Sol deverá arcar com a diferença dos custos relativos ao novo deslocamento do aeronauta da base contratual para a base operacional.

Parágrafo Quinto: Para o tripulante vinculado a Costa do Sol, submetido ao regime de escala estabelecido no caput, a Costa do Sol deverá conceder, para as principais refeições (almoço, jantar ou ceia), um intervalo de 60 (sessenta) minutos, não computados na jornada de trabalho.

Parágrafo Sexto: Durante a jornada de trabalho, diurna e/ou noturna, a Costa do Sol organizará os horários de refeição que não obriguem os aeronautas a almoçarem antes das 11:00 horas e depois das 14:00 horas, e a jantar antes das 19:00 horas e depois das 21:30 horas.

Parágrafo Sétimo: Nos voos realizados no período entre as 22:00 horas de um dia e as 05:00 horas do dia seguinte, os tripulantes terão direito a 1 (uma) alimentação se a duração do voo for igual ou superior a 03 (três) horas.

Parágrafo Oitavo: Nos termos do parágrafo único do art. 27, da Lei do Aeronauta e em substituição à obrigação prevista no mesmo art. 27, inciso I, em relação à determinação de indicação em escala semanal dos horários de início e término de voos e de outras atividades, a Costa do Sol fica autorizada a disponibilizar e divulgar a todos os seus tripulantes as escalas diárias pré-programadas contendo as informações sobre horários previstos de início e término dos voos, conforme programação diária disponibilizada por clientes, em até 12 (doze) horas antes do início da apresentação, bem como informando, ainda, a realização de cursos, reuniões ou exames relacionados a treinamento e verificação de proficiência técnica. Ficam ressalvadas as hipóteses de eventuais modificações da escala divulgada em relação aos horários de início e término dos voos, em situações de emergência e ambulâncias aéreas, podendo tais modificações ser comunicadas aos tripulantes em prazo inferior ao estabelecido neste parágrafo.

CLÁUSULA DEZ – DAS OPERAÇÕES NÃO SUJEITAS AO REGIME DE ESCALA EM MISSÃO

Nos termos do parágrafo único do art. 27, da Lei do Aeronauta e em substituição à obrigação prevista no mesmo art. 27 em relação à determinação de indicação na escala semanal dos horários de início e término de voos e de outras atividades, fica acordado que, devido às particularidades do táxi aéreo, nas operações de fretamento por demanda, a Costa do Sol poderá fazer alterações com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, nas escalas diárias de serviços divulgadas. A Costa do Sol informará, ainda, aos aeronautas os horários previstos de início e término dos voos para os quais tenham sido escalados após tais voos serem confirmados pelos clientes, ressalvadas as hipóteses de eventuais modificações da escala divulgada em relação aos horários de início e término dos voos, em situações de emergência e ambulâncias aéreas, podendo tais modificações ser comunicadas aos tripulantes em prazo inferior ao estabelecido neste parágrafo.

CLÁUSULA ONZE – JORNADA NOTURNA

As horas ou quilômetros noturnos voados pelo aeronauta de Táxi Aéreo, entre 18:00 às 06:00, serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) em relação à hora de voo ou quilômetro voado diurno.

CLÁUSULA DOZE – COMPENSAÇÃO ORGÂNICA

Para todos os efeitos legais, identifica-se, na composição da remuneração fixa do aeronauta, como parcela dele integrante, 20% (vinte por cento) de seu valor, sob o título de indenização

de compensação orgânica pelo exercício da atividade aérea, sem que isso modifique o valor original da remuneração fixa para qualquer fim.

Parágrafo Primeiro: A Costa do Sol manterá destacado expressamente no recibo de salário do aeronauta o pagamento da compensação orgânica, como rubrica própria, ficando também esclarecido que esta discriminação não configura aumento ou redução salarial, observando-se que a soma das duas parcelas destacadas (salário base e compensação orgânica) será igual ao valor da remuneração fixa praticada.

Parágrafo Segundo: A compensação orgânica como componente da remuneração fixa do aeronauta deverá ser base de cálculo das vantagens e benefícios contratuais (remunerações variáveis) que se baseiam nessa mesma remuneração (remuneração fixa/salário base).

CLÁUSULA TREZE – CURSOS, TREINAMENTOS TEÓRICOS E EXAMES E REUNIÕES

Quando obrigatórios, os cursos, treinamentos teóricos, exames e reuniões, realizados durante a jornada são remunerados pela remuneração fixa contratada.

CLÁUSULA CATORZE – CORREÇÃO DE VERBAS ESTIMADAS EM VALORES FIXOS

As gratificações e outros componentes da remuneração, estimados em valores fixos, serão reajustados nas mesmas épocas, e por igual critério, dos reajustes salariais dos aeronautas determinados por lei ou acordos.

CLÁUSULA QUINZE – DOMINGOS E FERIADOS NACIONAIS TRABALHADOS

As horas ou quilômetros voados em domingos ou em feriados nacionais serão pagos em dobro, quando diurnas, e em triplo, quando noturnos, desde que não haja designação, pela Costa do Sol, de outro dia de folga além das previstas na Lei nº 13.475/17.

Parágrafo Único: Para efeito de definição de domingos e feriados nacionais, a Costa do Sol poderá adotar o horário internacionalmente utilizado na aviação, conhecido como UTC – Universal Time Coordinates (Coordenadas de Hora Universal).

CLÁUSULA DEZESSEIS – VALOR DA PARTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO

A remuneração dos tripulantes empregados no serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade de táxi aéreo poderá ser fixa ou ser constituída por parcela fixa e parcela variável.

Parágrafo Primeiro: A parte variável da remuneração será calculada com base no valor do mês anterior ao da data do pagamento. Exemplificando: a parte variável do mês de setembro terá que ser paga com os valores correspondentes ao mês de outubro, até o 5º (quinto) dia útil de novembro.

Parágrafo Segundo: A parcela variável da remuneração do salário do tripulante de táxi aéreo deverá ser calculada com base em horas de voo ou da quilometragem entre a origem e o destino do voo, de acordo com a política de remuneração vigente na Costa do Sol.

CLÁUSULA DEZESSETE – IGUALDADE REMUNERATÓRIA

Na Costa do Sol, na mesma função, e no mesmo tipo de equipamento, ressalvadas as vantagens de caráter pessoal, e os fatores “voar mais ou menos horas ou quilômetros”, será paga igual remuneração.

CLÁUSULA DEZOITO – SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

CLÁUSULA DEZENOVE – DISCRIMINAÇÃO E COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

A Costa do Sol fornecerá comprovantes de pagamento que contenham a identificação da empresa, as parcelas pagas e a discriminação dos descontos.

CLÁUSULA VINTE – INDENIZAÇÃO POR RETENÇÃO DA CTPS

Fica estabelecida uma indenização correspondente ao valor de 1 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de carteira de trabalho do empregado após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, desde que o aeronauta comprove seu comparecimento na empresa para o recebimento da CTPS.

CLÁUSULA VINTE E UM – SUPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

Ressalvadas as condições mais favoráveis em vigor, ao aeronauta que for licenciado pelo INSS até o limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias, será concedido pela empresa um auxílio correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o salário que perceberia em atividade (salário fixo, acrescido do salário variável, este calculado pela média das horas ou quilômetros de voo dos doze meses anteriores ao afastamento) e o valor que passou a perceber em razão de seu licenciamento. O auxílio será de 100% (cem por cento) da referida diferença quando o licenciamento decorrer de acidente de trabalho, ou doença profissional, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Único: o disposto nesta cláusula não se aplica aos aeronautas que já percebem o benefício através de sistema de Previdência Privada ou de qualquer outro.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – GARANTIA DE EMPREGO AO ACIDENTADO

Ressalvada a hipótese de dispensa por justa causa, a Costa do Sol concederá garantia de emprego ao aeronauta acidentado no trabalho por 1 (um) ano após o retorno da licença previdenciária, exceto em caso de acidente de trajeto, em condução própria ou de terceiros, se a Costa do Sol assegura o transporte sob a sua responsabilidade.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA NO RETORNO DA LICENÇA PREVIDENCIÁRIA

A Costa do Sol assegura ao aeronauta, no retorno da licença previdenciária:

- a) a reintegração, desde que possível, no mesmo equipamento e função ocupada quando do afastamento;
- b) o direito de contagem do tempo de afastamento para efeito do cálculo da senioridade, somente no caso da Costa do Sol já adotar esse critério;
- c) o direito às promoções que receberia, caso estivesse exercendo suas atividades, desde que preenchidos os requisitos, a partir de quando passará a fazer jus ao salário correspondente à promoção.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – HORÁRIO DA CONDUÇÃO FORNECIDA PELA EMPRESA

Quando houver o fornecimento habitual de condução, da empresa para o local de trabalho, o aeronauta deverá ter ciência prévia do local e horário estabelecido.

CLÁUSULA VINTE E CINCO – ASSISTÊNCIA AOS EMPREGADOS

A Costa do Sol obriga-se a providenciar transporte urgente para locais apropriados aos aeronautas, na hipótese de acidentes ou de mal súbito, quando ocorrerem durante o trabalho ou em sua decorrência, desde que o estado de saúde do aeronauta assim o exija.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – DOS DIAS DE INATIVIDADE

Se, a pedido do aeronauta, a Costa do Sol, a seu critério, marcar dia para a inatividade, esse dia não será descontado nas férias ou dos salários.

CLÁUSULA VINTE E SETE – PREENCHIMENTO DE VAGAS

A Costa do Sol, no caso de admissão de aeronauta, após o recrutamento interno previsto na cláusula 32, se compromete a, em igualdade de condições, dar preferência aos indicados pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e, para tanto, farão a respectiva consulta a esse órgão de classe, informando-lhe, em cada oportunidade, as condições exigidas para a admissão.

CLÁUSULA VINTE E OITO – DESCONTO POR FALTAS AO TRABALHO

O desconto por falta injustificada ao trabalho será igual a 1/30 (um trinta avos) do valor da remuneração.

CLÁUSULA VINTE E NOVE – RODÍZIO DE FÉRIAS

A concessão de férias nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, obedecerão a um sistema de rodízio para os aeronautas que exerçam o mesmo cargo ou função no tipo de equipamento.

CLÁUSULA TRINTA – PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LOCADA

Fica proibida a contratação de mão-de-obra locada de aeronautas, ressalvada a hipótese prevista na Lei nº 6.019/74.

CLÁUSULA TRINTA E UM – READMISSÃO ATÉ 06 MESES CONTADOS DA DISPENSA

Todo aeronauta readmitido na Costa do Sol até 06 (seis) meses após a sua dispensa fica desobrigado de firmar contrato de experiência.

CLÁUSULA TRINTA E DOIS – RECRUTAMENTO INTERNO

Nos processos de admissão de empregados para as funções privativas de aeronautas, a Costa do Sol dará preferência, em igualdade de condições, aos seus empregados habilitados e selecionados pela via do recrutamento interno.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS – NORMAS EM CASO DE NECESSIDADE DE REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Se houver necessidade de redução de força de trabalho, as demissões atingirão:

- a) o aeronauta que manifestar, sem perda de seus direitos, interesse em deixar o emprego, se o custo for aceitável pela Costa do Sol;
- b) os que estiverem em processo de admissão ou estágio inicial na Costa do Sol;
- c) os militares que estiverem em reserva remunerada e os aposentados;

d) os de menor antiguidade na Costa do Sol.

Parágrafo Primeiro: Caracteriza-se a redução de força de trabalho pela efetiva dispensa, no período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, de aeronautas (observado o § 2º) em número superior a 05 (cinco) ou que representem mais de 15% (quinze por cento) dos aeronautas da Costa do Sol (prevalecendo o que representar maior número), e sem que ocorram novas contratações de aeronautas, nos 60 (sessenta) dias seguintes ao referido período em que tenham ocorrido as demissões.

Parágrafo Segundo: Para os efeitos da norma prevista no caput da presente e para a caracterização da redução conforme disposto no § 1º acima, os quadros funcionais de piloto de helicóptero (asa rotativa), de piloto de avião (asa fixa) e de comissários serão considerados separadamente, uma vez que representam funções distintas dentro da Costa do Sol.

Parágrafo Terceiro: Ultrapassada a situação que motivou a necessidade de redução de força de trabalho, a Costa do Sol, no caso de readmissão de aeronautas, procurarão dar preferência àqueles aeronautas dispensados segundo as regras contidas no caput da presente cláusula.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO – DISPENSA POR JUSTA CAUSA

A dispensa por justa causa será comunicada ao aeronauta, por escrito, com especificidade de motivos do ato patronal.

CLÁUSULA TRINTA E CINCO – GARANTIA DE EMPREGO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

A Costa do Sol se compromete a não dispensar, salvo em caso de justa causa, o aeronauta que contar mais de 15 (quinze) anos de casa e estiver a 03 (três) anos, ou menos, para adquirir o direito à aposentadoria.

Parágrafo Primeiro: A concessão acima cessará na data em que o aeronauta adquirir o direito à aposentadoria.

Parágrafo Segundo: A presente cláusula somente produzirá efeito após a comunicação por escrito, do aeronauta, dirigida à Costa do Sol, de ter atingido esta condição.

CLÁUSULA TRINTA E SEIS – AFASTAMENTO DA ESCALA DE AERONAUTAS GRÁVIDAS

A Costa do Sol se compromete a dispensar de voo, durante o período do exame para constatação da gravidez, as aeronautas grávidas e, também, imediatamente, encaminhá-las à Previdência Social para o fim de se habilitarem aos benefícios da Previdência Social,

respondendo a empregadora, quando necessário, pela locomoção da aeronauta, e pelo respectivo transporte e hospedagem.

CLÁUSULA TRINTA E SETE – AMPLIAÇÃO DAS AUSÊNCIAS LEGAIS

A ausência legal prevista no inciso II, do art. 473, da CLT (licença casamento), será de 03 (três) dias úteis consecutivos.

CLÁUSULA TRINTA E OITO – FOLGA PARA EXAMES MÉDICOS

Será concedido 01 (um) dia de folga para o aeronauta fazer os exames médicos periódicos obrigatórios e, conforme determinação do órgão competente, serão concedidos mais dias, se necessário, para a realização dos exames.

CLÁUSULA TRINTA E NOVE – FÉRIAS PARA CÔNJUGES

A Costa do Sol concederá férias, no mesmo período, desde que não resulte prejuízo para o serviço, ao aeronauta e seu cônjuge, se trabalharem para a mesma empregadora. No caso de trabalharem em empresas aéreas diversas, essas buscarão facilitar a fixação das férias de seu empregado, de modo a que possam coincidir com a de seu cônjuge.

CLÁUSULA QUARENTA – TRANSPORTE NO LOCAL DE OPERAÇÃO

A Costa do Sol, no local de operação de aeronauta que esteja fora de sua base contratual, fornecerão transporte gratuito entre o local de pernoite e o local de trabalho, e vice-versa.

Parágrafo Único: Na hipótese da Costa do Sol não fornecer o transporte, reembolsará seus aeronautas dos gastos reais efetuados.

CLÁUSULA QUARENTA E UM – TRANSPORTE GRATUITO

Na base contratual, a Costa do Sol concederá transporte gratuito, de e até os locais de apresentação, partindo e chegando, até os limites do município, entre 00:00 e 5:45 horas, salvo condições mais favoráveis.

CLÁUSULA QUARENTA E DOIS – TRANSPORTE DA BASE CONTRATUAL PARA A BASE OPERACIONAL

A Costa do Sol garante aos aeronautas o transporte para deslocamento de sua base contratual para a base operacional e vice-versa.

Parágrafo Primeiro: Esse deslocamento será por meio de transporte aéreo regular, quando existir voo regular para a localidade da base operacional.

Parágrafo Segundo: A Costa do Sol concederá bilhetes de passagem, com reserva confirmada, para os aeronautas em retorno à base após qualquer programação de escala de voo.

Parágrafo Terceiro: Fica ressalvado o direito do tripulante, desde que com a prévia concordância da Costa do Sol, de optar por outro meio de transporte, ou ainda pelo ressarcimento das despesas com a locomoção, em conformidade com a política adotada pela Costa do Sol para esse fim. As partes reconhecem que, nesta hipótese, os valores ressarcidos pela Costa do Sol aos aeronautas para o custeio do transporte possuem caráter indenizatório, portanto, sem natureza salarial, não integrando o salário para qualquer efeito.

CLÁUSULA QUARENTA E TRÊS – ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

Na hipótese da transferência enquadrável no preceito do inciso “I”, do parágrafo 1º do Artigo 73 da Lei n. 13.475, de 28/02/2017, que trata da transferência provisória, o aeronauta terá o direito ao adicional de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA QUARENTA E QUATRO – COMPENSAÇÃO DE DOMINGO E/OU FERIADO

A compensação de domingo e/ou feriado trabalhado somente será admitida em um outro domingo, posterior, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Primeiro: No caso de haver trabalho em dois domingos e concedido apenas um outro para a compensação, deverá ser pago o domingo cuja quantidade de trabalho gerar maior remuneração.

Parágrafo Segundo: Não será permitida a compensação antecipada.

CLÁUSULA QUARENTA E CINCO – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS GRATUITOS

A Costa do Sol fornecerá, gratuitamente, todos os materiais que exigirem, assim como os equipamentos necessários à execução das tarefas a bordo das aeronaves.

CLÁUSULA QUARENTA E SEIS – TREINAMENTO E ENSINO

Serão pagas, como horas de voo, as horas despendidas em treinamento prático, simulador e readaptação no equipamento.

CLÁUSULA QUARENTA E SETE – TAXA DE REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS

A Costa do Sol reembolsará ao aeronauta, até o limite do valor estabelecido pela Costa do Sol junto às clínicas e escolas de idiomas credenciadas, e mediante a apresentação do comprovante de pagamento, a taxa devida ao órgão competente para revalidação dos certificados de habilitação técnica, certificado médico aeronáutico e, quando for exigido pela Costa do Sol, o exame de proficiência linguística – ICAO.

Parágrafo Único: As despesas de passagem aérea, alimentação, hospedagem, locomoção e o valor do treinamento em simulador, necessárias à revalidação do Certificado de Habilitação Técnica no exterior, serão pagas diretamente pela Costa do Sol. Quando necessário, a Costa do Sol antecipará ao aeronauta os recursos financeiros necessários, à título de adiantamento, para acerto posterior com a Costa do Sol.

CLÁUSULA QUARENTA E OITO – DOCUMENTOS PARA VOOS INTERNACIONAIS

A Costa do Sol custeará integralmente as despesas de passagem aérea, alimentação, hospedagem e locomoção para a obtenção dos vistos para o exterior, quando necessário, para a realização de voos internacionais ou de treinamento (excetuada a taxa necessária à obtenção de passaporte).

Parágrafo Único: A Costa do Sol procurará facilitar a obtenção da documentação necessária ao aeronauta para exercer sua função em voos internacionais ou para treinamento.

CLÁUSULA QUARENTA E NOVE – RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS

A Costa do Sol ressarcirá as despesas efetuadas pelos tripulantes com a realização de exames, quando requeridos pelo Departamento Médico da mesma, desde que condicionada a sua realização a estabelecimentos escolhidos pela Costa do Sol.

CLÁUSULA CINQUENTA – CONVÊNIO MÉDICO

A Costa do Sol firmará convênios médicos com entidades do setor, para atendimento de seus empregados e de até 1 (um) dependente por empregado, custeados por contribuições da empresa e do empregado. Sendo que a partir do segundo dependente, o custo será totalmente arcado pelo tripulante.

Parágrafo Único: A contribuição do empregado fica limitada a 50% (cinquenta por cento) do custo total do plano ambulatorial, hospitalar e obstetrício, quando aplicável, conforme designado legalmente pela ANS, ressalvadas as condições mais favoráveis.

CLÁUSULA CINQUENTA E UM – UNIFORMES

A Costa do Sol deverá fornecer uniformes completos, que contenham peças adequadas às estações do ano e de todas as regiões nas quais operarem, de acordo com a Portaria Nº 6 do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA CINQUENTA E DOIS – AUXÍLIO FUNERAL

A Costa do Sol poderá custear o funeral do aeronauta, até o limite do valor de seu seguro, desde que sejam para isso solicitadas pelos dependentes legais. A Costa do Sol será

ressarcida das despesas, quando do pagamento do seguro previsto na cláusula 6ª do presente Acordo.

CLÁUSULA CINQUENTA E TRÊS – ACOMODACÃO INDIVIDUAL

A Costa do Sol garantirá acomodação individual a seus aeronautas, em estabelecimentos indicados pelas mesmas, quando estes pernitem fora de sua respectiva base contratual, a serviço, arcando a Costa do Sol com o valor da diária de hospedagem, ressalvadas as condições estabelecidas nos parágrafos desta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A Costa do Sol fica desobrigada da garantia prevista no caput, caso o contratante dos serviços de transporte forneça acomodações para o descanso do aeronauta.

Parágrafo Segundo: Não havendo acomodações individuais suficientes no local de pernoite, fica facultado à Costa do Sol fornecer acomodações conjuntas para seus aeronautas.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de os valores das diárias de hotel serem reembolsados aos aeronautas, caso estes efetuem o pagamento diretamente ao estabelecimento hoteleiro, estes não integrarão o salário para quaisquer fins e tão pouco terão caráter de salário “in natura”.

Parágrafo Quarto: A Costa do Sol caso pratique condições mais favoráveis do que as estipuladas na presente cláusula se obrigam a manter a política de acomodação de seus aeronautas, só podendo alterá-la através de acordo.

Parágrafo Quinto: Aos aeronautas em regime de missão (art. 41, parágrafo 2º, da Lei 13.475/2017, e Cláusula nona deste Acordo Coletivo de Trabalho) fica ressalvado o direito de optar por outro tipo de acomodação ou hospedagem (exceção feita aos estabelecimentos hoteleiros), desde que com a prévia concordância da Costa do Sol e desde que respeitados os critérios estabelecidos pela empregadora para este fim. As partes reconhecem que, nesta hipótese, o valor ressarcido pela empresa (em parte ou no total) aos aeronautas para o custeio da hospedagem tem caráter indenizatório, portanto, não possui natureza salarial, não integrando o salário para qualquer efeito.

CLÁUSULA CINQUENTA E QUATRO – CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

O aeronauta que solicitar sua dispensa do emprego dentro do prazo de 06 (seis) meses contados a partir do término do curso de especialização patrocinado pela empregadora, deverá reembolsar a empresa dos gastos por ela despendidos na especialização do

aeronauta, na proporção de 1/6 (um sexto) do valor, por mês faltante para o término do prazo aqui estipulado.

CLÁUSULA CINQUENTA E CINCO – COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

Quando solicitadas pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, a Costa do Sol prestará informações quanto aos acidentes de trabalho verificados com seus aeronautas, e, para tanto:

- I. Nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, enviará cópia do Anexo I completo previsto no item 5.22, letra “e”, na NR 05, para fins estatísticos;
- II. Nos casos de acidentes fatais verificados com aeronautas no âmbito ou nas dependências da Costa do Sol, o SNA deverá ser comunicado do fato e, na hipótese de acidentes de trajeto a empresa fará a comunicação tão logo tome conhecimento do fato.

CLÁUSULA CINQUENTA E SEIS – TRANSFERÊNCIA DE BASE

Em caso de necessidade de transferência de base, deverá haver consulta prévia para saber quais os aeronautas interessados.

Parágrafo Primeiro: Havendo mais de um interessado, será obedecido o critério da senioridade.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de não haver interessados, a Costa do Sol poderá escolher livremente os aeronautas que serão transferidos de base.

CLÁUSULA CINQUENTA E SETE – PERDA DO CERTIFICADO DE CAPACIDADE FÍSICA

Ao aeronauta que vier a ter sua licença cassada pela Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC, em caráter definitivo, sem que isso acarrete sua aposentadoria, dar-se-á a estabilidade provisória de 8 (oito) meses, com seus ganhos integrais, com exceção das gratificações por chefia, horas de voo e comissionamentos diversos, visando a sua reabilitação para outra função compatível com a necessidade da empresa.

Parágrafo Único: Não havendo a desejada reabilitação, poderá a empresa indenizá-lo com os valores calculados à época da incapacidade.

CLÁUSULA CINQUENTA E OITO – PARCEIRO (A) DO MESMO SEXO

Parceiro (a) do mesmo sexo passa a ser considerado companheiro (a) para todos os fins de direito, passando a ter todos os benefícios concedidos pela Costa do Sol aos seus empregados (as), desde que a união estável esteja registrada em cartório.

CLÁUSULA CINQUENTA E NOVE – FRACIONAMENTO DE FÉRIAS

Os tripulantes de táxi aéreo ou serviços especializados, exceto aqueles submetidos ao regime especial de trabalho estabelecido na cláusula nona (regime de missão), poderão solicitar à empresa o gozo fracionado de férias, em até dois períodos de 15 (quinze) dias, ressalvada a prerrogativa do Empregador acerca da concessão e a definição do período de cada gozo, nos termos do art. 67, da Lei 13.475/2017.

Parágrafo Único: O fracionamento de férias objeto desta cláusula deverá ser solicitado pelo Aeronauta conforme regras internas da Costa do Sol.

CLÁUSULA SESSENTA – FOLGA PARA A COMISSÃO TÉCNICA

Os aeronautas afastados da escala, pela Costa do Sol, por solicitação do Sindicato Nacional dos Aeronautas, para realização de trabalho nas comissões técnicas do Sindicato, não terão estas ausências – limitadas a 5 (cinco) por mês – consideradas como falta, para qualquer efeito legal, inclusive quanto às férias.

CLÁUSULA SESSENTA E UM – CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

As partes convenientes se comprometem a estabelecer, em comum acordo, um cronograma de reuniões que terão como objetivo aprofundar as discussões acerca de contrato coletivo de trabalho. Para tanto, as partes formarão uma comissão para programação dos eventos.

CLÁUSULA SESSENTA E DOIS – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

Todo aeronauta que esteja no exercício efetivo de cargo de dirigente sindical eleito, a juízo do Sindicato Nacional dos Aeronautas, poderá ficar apenas 15 (quinze) dias no mês à disposição da Escala de Serviço, devendo esses dias ser designados e informados à Costa do Sol com antecedência de 30 (trinta) dias da publicação daquela escala.

CLÁUSULA SESSENTA E TRÊS – GARANTIA PARA INVESTIGADORES DE ACIDENTES

A Costa do Sol garantirá, para os Agentes de Segurança de Voo – ASV por elas indicados, durante o tempo em que estiverem acompanhando investigação de acidente, o pagamento da média da remuneração percebida. A garantia será estendida aos Agentes de Segurança de Voo indicados pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, desde que haja concordância expressa Costa do Sol/empregadora do ASV.

CLÁUSULA SESSENTA E QUATRO – REPRESENTANTES SINDICAIS

A Costa do Sol, caso tenha mais de 15 (quinze) aeronautas, manterá 01 (hum) Representante Sindical, a ser eleito por empregados da própria empresa, outorgando ao mesmo a garantia de emprego nos termos do Art. 543 da CLT.

Parágrafo Primeiro: O Representante Sindical terá como atribuição a representação dos empregados da Costa do Sol e a defesa dos interesses desses e da entidade sindical perante os poderes públicos e a Costa do Sol, sendo vedada qualquer prática ou atividade político-partidária no âmbito da Costa do Sol, sob pena de cancelamento do mandato.

Parágrafo Segundo: O mandato do Representante Sindical será coincidente com o da diretoria do Sindicato signatário da presente Acordo.

Parágrafo Terceiro: O Sindicato Nacional dos Aeronautas apresentará lista de candidatos a Representantes Sindicais para a diretoria da Costa do Sol com um mês de antecedência da data marcada para a votação, informando a data, local e hora da votação, tendo garantia de emprego desde a data da apresentação da candidatura até a votação, caso não seja eleito, ou até um ano após o fim do mandato, conforme o disposto no Art. 543 da CLT.

Parágrafo Quarto: O Sindicato Nacional dos Aeronautas comunicará à Diretoria da Costa do Sol o resultado da eleição em até 05 (cinco) dias após a apuração dos votos.

Parágrafo Quinto: A eleição que não cumprir os trâmites aqui estabelecidos será nula de pleno direito, não gerando qualquer benefício ou garantia ao representante eleito irregularmente.

CLÁUSULA SESSENTA E CINCO – QUADRO DE AVISOS

A Costa do Sol e, de forma recíproca, o Sindicato Nacional dos Aeronautas, concordam com a afixação de um “Quadro de Avisos” para o Sindicato, nos recintos de despacho dos tripulantes, e, para a Costa do Sol, nos estabelecimentos do órgão de classe destinados à colocação de avisos, limitados, exclusivamente, aos assuntos de interesse da categoria e da Costa do Sol, sem qualquer conotação ou vinculação de natureza político-partidária. A Costa do Sol e o Sindicato Nacional dos Aeronautas, respectivamente, zelarão pela conservação e continuidade da afixação dos Quadros e dos Avisos.

CLÁUSULA SESSENTA E SEIS – DESCONTO EM FAVOR DO SNA

Desde que não haja manifestação contrária por parte do aeronauta, a Costa do Sol descontará na folha de pagamento as contribuições facultativas que forem votadas pelas assembleias em favor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, que deverá indicar a soma global a ser descontada.

Parágrafo Único: O repasse dos valores apurados deverá ser feito até o 8º (oitavo) dia útil após o desconto.

CLÁUSULA SESSENTA E SETE – ENCAMINHAMENTO DAS GUIAS DE DESCONTOS

A Costa do Sol encaminhará ao Sindicato Nacional dos Aeronautas cópia das guias de contribuição sindical, confederativa e assistencial, com a relação nominal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o desconto.

CLÁUSULA SESSENTA E OITO – ENCONTROS BIMESTRAIS

A Costa do Sol e o Sindicato Nacional dos Aeronautas manterão reuniões bimestrais durante os anos de 2024 e de 2025, ou em qualquer tempo, se as condições que determinaram as cláusulas deste Acordo se alterarem, em especial, as que tenham significância econômica para os aeronautas. Caso haja necessidade de reuniões extraordinárias, as partes deverão ser comunicadas com 10 (dez) dias de antecedência.

CLÁUSULA SESSENTA E NOVE – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A Costa do Sol procederá ao desconto em folha de pagamento, de cada aeronauta, seu empregado, a título de Contribuição Assistencial e, a remeter ao SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, a importância correspondente a 02 (duas) diárias de alimentação, no valor convencionado neste Acordo Coletivo de Trabalho, divididas nos dois meses subsequentes a assinatura.

Parágrafo Único: Fica garantido a todo aeronauta o direito de oposição ao referido desconto, bastando, para tanto, encaminhar, em até 10 (dez) dias da assinatura do presente instrumento normativo, declaração por escrito neste sentido, ao Sindicato Nacional dos Aeronautas, com cópia para a empresa.

CLÁUSULA SETENTA – OBRIGATORIEDADE DE HOMOLOGAÇÃO

A Costa do Sol deverá realizar a homologação do termo de rescisão de contrato de trabalho de todos os seus aeronautas que possuam mais de um ano de serviço, em quaisquer das representações do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

CLÁUSULA SETENTA E UM – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DO ACORDO

A partir de 1º de dezembro de 2023, caso haja descumprimento de obrigação de fazer contida neste Acordo, a Costa do Sol pagará uma multa no valor de R\$ 145,08 em favor do aeronauta prejudicado.

71.1– A partir de 1º de dezembro de 2025, o valor da multa por descumprimento do acordo coletivo de trabalho em vigor em 30 de novembro de 2025, será automaticamente reajustado pelo INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, acrescido de 1%.

71.2- A partir de 1º de dezembro de 2026, o valor da multa por descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho em vigor em 30 de novembro de 2026, será automaticamente reajustado pelo INPC acumulado do período de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026, acrescido de 1%.

71.3- As partes convenientes firmarão termo de divulgação a ser anexado a este ACT 2025/2027 constando os valores atualizados após a publicação do INPC acumulado dos períodos de 1º de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2025 e de 1º de dezembro de 2026 a 30 de novembro de 2026.

CLÁUSULA SETENTA E DOIS – CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Considerando que a profissão de aeronauta, regulamentada por lei, tem como exigência a plenitude física e mental, requisitos presentes na RBAC 61 e RBAC 67 da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), pactuam as partes que os aeronautas estão excluídos do cômputo na base de cálculo da cota prevista no artigo 93, da lei nº 8.213/91 e artigo 141, do Decreto nº 3.048/99.

CLÁUSULA SETENTA E TRÊS – APRENDIZ

Considerando que a profissão de aeronauta, regulamentada por lei, tem como exigência a habilitação técnica, requisito presente na RBAC 61 e RBAC 63 da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), pactuam as partes que os aeronautas, conforme parágrafo 1º, artigo 10, Decreto 5.598/05, estão excluídos do cômputo na base de cálculo da cota prevista no artigo 429 da CLT.

CLÁUSULA SETENTA E QUATRO – PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Costa do Sol deverá implantar um plano de previdência privada, com adesão facultativa ao tripulante, a ser constituído por meio da criação de um fundo previdenciário, com a contribuição mensal mínima correspondente ao valor de 1,5 % (um vírgula cinco por cento) da remuneração fixa (salário base mais compensação orgânica) do participante, cabendo ao empregador o pagamento da parcela fixa de 1,0% (um por cento) e ao empregado a mínima mensal de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

CLÁUSULA SETENTA E CINCO – LICENÇA NÃO REMUNERADA VOLUNTÁRIA (LNRV)

Fica instituído a Licença Não Remunerada Voluntária (LNRV), que estará disponível para adesão voluntária dos seus aeronautas, mediante as seguintes condições:

Parágrafo Primeiro: A LNR é uma faculdade do trabalhador e que será concedida pela empresa, após avaliar a conveniência e a oportunidade de sua concessão, considerando as necessidades operacionais e a substituição do profissional.

Parágrafo Segundo: O aeronauta interessado deverá apresentar solicitação formal e escrita à empresa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de início pretendida para a licença, e deverá possuir, no mínimo, 12 (doze) meses de vínculo empregatício com a COSTA DO SOL TÁXI AÉREO S.A.

Parágrafo Terceiro: O período máximo da LNR será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado uma única vez por igual período, mediante nova solicitação do aeronauta e nova aprovação da empresa.

Parágrafo Quarto: Durante o período de LNR, o contrato de trabalho do aeronauta ficará suspenso, não gerando direito a salários, adicionais ou quaisquer outras verbas de natureza remuneratória, não sendo computado para contagem de tempo de serviço, férias, 13º salário, FGTS e contribuições previdenciárias.

Parágrafo Quinto: O plano de saúde e/ou odontológico do aeronauta poderá ser mantido durante a LNR, mediante o custeio integral do benefício pelo próprio aeronauta, nos mesmos termos e condições do plano oferecido aos empregados ativos, com a empresa facilitando os meios de pagamento.

Parágrafo Sexto: Ao término da LNR, o aeronauta terá garantido o retorno à mesma função ou a uma função compatível com as mesmas condições contratuais (salvo reajustes gerais da categoria), devendo comunicar a empresa, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sobre seu retorno.

CLÁUSULA SETENTA E SEIS – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV)

Fica instituído o Programa de Demissão Voluntária (PDV), com o objetivo de permitir que os aeronautas da Costa do Sol que manifestarem interesse em encerrar seu vínculo empregatício o façam de forma consensual e incentivada durante a vigência deste ACT

Parágrafo Primeiro: A adesão ao PDV será voluntária, irrevogável e irretratável por parte do aeronauta, e implicará na quitação das verbas expressamente previstas no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

Parágrafo Segundo: O PDV será regulamentado por normas e condições específicas, a serem divulgadas pela empresa quando de sua instituição, que detalharão, dentre outros aspectos: a) Os critérios de elegibilidade para adesão ao programa; b) Os incentivos e benefícios específicos oferecidos aos aeronautas que aderirem, além das verbas rescisórias legais, podendo incluir, por exemplo, indenização adicional, manutenção de

plano de saúde por período determinado, ou apoio à recolocação profissional; c) Os procedimentos e prazos para manifestação de interesse e formalização da adesão.

CLÁUSULA SETENTA E SETE – REGIME DE TRABALHO EM TEMPO PARCIAL VOLUNTÁRIO

Fica instituído o regime de trabalho em tempo parcial, que estará disponível para adesão voluntária dos aeronautas da Costa do Soldurante a vigência do ACT.

Parágrafo Primeiro: A jornada de trabalho em regime de tempo parcial será aquela cuja duração não exceda 30 (trinta) horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, no caso de jornada de até 26 (vinte e seis) horas semanais, com a possibilidade de até 6 (seis) horas suplementares semanais e alternativamente poderá ser adotado o regime de missão de até 9 (nove) dias, aplicando-se o critério mais benéfico ao aeronauta, sendo tais jornadas remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.

Parágrafo Segundo: O salário do aeronauta em regime de trabalho em tempo parcial voluntário será proporcional à sua jornada, em relação aos aeronautas que cumprem a mesma função em tempo integral.

Parágrafo Terceiro: Os aeronautas da Costa do Sol poderão aderir ao regime de trabalho em tempo parcial voluntário pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser renovável pelo mesmo período a critério do aeronauta.

Parágrafo Quarto: As horas voadas serão pagas nos mesmos valores praticados no contrato de trabalho vigente.

Parágrafo Quinto: Será concedido aos aeronautas da Costa do Sol, o pagamento do valor do Vale Alimentação em dobro de natureza não salarial, e, portanto, não havendo incidência de tributos. O pagamento de tal verba será concedido no primeiro dia útil de cada mês, através de crédito em cartões fornecidos pela Costa do Sol, não sendo devido durante o gozo das férias.

CLÁUSULA SETENTA E OITO – REVOGAÇÃO OU REVISÃO

Este Acordo Coletivo poderá ser revisto ou revogado pela empresa e pelo sindicato, total ou parcialmente, desde que seja comunicada à outra Parte com antecedência mínima de

60 (sessenta) dias, mediante conhecimento e aprovação dos aeronautas em Assembleia Geral, convocada especialmente para esta finalidade, nos termos do artigo 615, da CLT. Parágrafo único: O instrumento de revisão ou revogação será depositado, para fins de registro e arquivamento, junto ao instrumento originariamente depositado, observado o disposto nos artigos 614 e 615, §2º, da CLT.

CLÁUSULA SETENTA E NOVE – PREVALÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho prevalecerá sobre a legislação infraconstitucional, nos termos do artigo 611-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que tange às matérias nele expressamente dispostas. Em caso de omissão ou lacuna, aplicar-se-ão as normas legais pertinentes e acordos anteriores no que não conflitem com este ACT.

Parágrafo único: O presente ACT representa a livre e espontânea vontade, condições e direitos negociados e de consenso entre sindicato e empresa, com amparo na teoria do conglobamento.

CLÁUSULA OITENTA – APLICAÇÃO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL

As partes acordam que, caso novas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) firmadas entre o SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS – SNA e o Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (SNETA) venham a estabelecer condições econômicas e/ou sociais mais benéficas do que as previstas neste Acordo Coletivo de Trabalho, estas serão automaticamente aplicadas aos aeronautas abrangidos por este ACT, a partir da data de sua vigência, prevalecendo a condição mais favorável ao trabalhador.

CLÁUSULA OITENTA E UM – DA INEXISTÊNCIA DE ULTRATIVIDADE

Em razão da própria natureza do presente acordo, as partes pactuaram que não haverá ultratividade das cláusulas e condições, as quais serão automaticamente suprimidas e consideradas extintas ao término do respectivo período de vigência, não se incorporando nos contratos coletivos e/ou individuais de trabalho da Costa do Sol com seus empregados.

CLÁUSULA OITENTA E DOIS – FORO

Fica eleito o foro da Justiça do Trabalho da comarca do Rio de Janeiro/RJ para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

E, por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente Acordo Coletivo de Trabalho em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro/RJ, ____ de ____ de 2025.

COSTA DO SOL TÁXI AÉREO S.A.

CNPJ/MF nº 11.223.764/0001-62

ROGÉRIO AFFONSO IZZO PINTO CPF nº

ALESSANDRO CAMELO NERI CPF nº

SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS – SNA

CNPJ/MF nº 33.452.400/0002-78

TIAGO ROSA DA SILVA Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____